

Haroldo Holanda**Novas apreensões
no meio político**

Um senador do PMDB, ao tomar conhecimento de que o seu partido ou uma ala dele insiste em decretar na Constituinte o recesso da Câmara e do Senado, comentou maliciosamente que a iniciativa em questão recebe o estímulo indireto de Ulysses. E no mesmo tom irônico de suas primeiras palavras, acrescentou: «Assim procedendo, o Ulysses quer manter a face espantada na goela do Sarney, para tê-lo sob seu domínio». Na verdade, segundo a opinião de um dos parlamentares mais atuantes do PMDB na Câmara, o mandato do presidente Sarney se constitui num dos aspectos políticos mais delicados e críticos da tese da Constituinte livre e soberana, defendida por grupos de esquerda. De acordo com o parlamentar em questão, a Constituinte livre e soberana pode até encontrar respaldo jurídico, mas tem limitações de natureza política que não podem ser ignoradas.

A mais nova tese levantada dentro do PMDB — E que deve ser submetida à apreciação de suas lideranças — é a de que a Constituinte poderia, por meio de Ato Adicional, decretar a suspensão, até a promulgação da nova Constituição, de todos os dispositivos considerados como autoritários da Constituição de 67, que permanece em vigor. Mas volta-se, porém, ao problema de origem que suscita tantas inquietações: se é possível mexer na Constituinte em vários pontos da Constituição vigente, fica também passível de exame o problema da legitimidade do mandato do presidente Sarney.

Há o temor crescente em áreas influentes do PMDB de que o agravamento da crise econômica venha a se refletir no quadro político, gerando uma situação de impasse. Há quem tenha esperanças de que o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, consiga formar uma maioria parlamentar estável, em condições de dar estabilidade ao governo, especialmente às medidas de caráter econômico que precisam ser adotadas. Políticos que pertencem ao círculo mais íntimo de Ulysses asseguram que o novo pacote de medidas econômicas não deve sair de imediato. Ainda demandaria algum tempo, antes de ser lançado.

Na Frente Liberal difundia-se em seus círculos versão de que a nova postura econômica do governo prevê o tabelamento de juros, o pedido de moratória junto aos credores internacionais e um recongelamento geral da economia nacional, após realinhamento de preços e salários. Para a moratória se usaria de eufemismo. «O PMDB — alerta um político do PFL — tem horror de usar a palavra moratória, embora pretenda suspender o pagamento temporário dos juros e do serviço da dívida». Mas o deputado José Lourenço, líder da Frente Liberal, contesta essa informação, afirmando: «Se o Brasil não teve condições de decretar a moratória com US\$ 8 bilhões de dólares de reserva, não seria agora com reservas que se desconhece que iria optar por tal medida». O deputado Amaral Netto, líder do PDS, refletindo o pensamento de grupos conservadores do país, classifica de loucura a simples hipótese da moratória. Mas em outros círculos da Frente Liberal admite-se que as reservas cambiais brasileiras chegaram a um tal ponto crítico que o governo estaria recorrendo a seus depósitos de ouro disponíveis para atender aos com-

promissos mais urgentes e imediatos.

Para grande número de políticos, se a crise econômica não for contornada com certa rapidez, corremos dois riscos políticos: o da convocação ainda este ano das eleições presidenciais diretas ou então da adoção do parlamentarismo, como solução de emergência. Os parlamentaristas convictos lamentam que se o regime de gabinete for adotado como solução de emergência estará fadado mais uma vez ao fracasso, a exemplo do que sucedeu em 61, após a renúncia de Jânio Quadros.

Defesa das instituições

O deputado Amaral Netto, líder do PDS, convidou todos os líderes e presidentes dos demais partidos em atividade na Constituinte a participarem hoje da reunião que tem por objetivo a defesa das instituições e a análise da presente crise econômica. Fez a ressalva de que o encontro em questão não é a favor nem contra o governo. O líder do PDS, que apoiou em 64 o movimento militar que depôs do poder o presidente João Goulart, afirma não estar disposto mais em sua vida a dar sustentação política a qualquer iniciativa que represente o rompimento dos quadros da legalidade constitucional. Não concorda com a realização, este ano, das eleições presidenciais diretas. Os partidos de esquerda, como o PDT, PT, PSB e os comunistas pretendem fazer reunião semelhante, só que em separado. Quanto ao PMDB, seu líder, Luiz Henrique, não deu resposta formal ao convite que lhe dirigiu o deputado Amaral Netto. Mas o deputado Maurício Campos, presidente da Frente Liberal, comprometeu-se a estar presente na reunião de hoje.

Isso demonstra o grau de preocupação com que os políticos acompanham a evolução dos presentes acontecimentos.

Responsabilidade assumida

Inaugurando estilo novo e explícito de falar aos jornalistas, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, reconheceu ontem que os dois ministros da área econômica, Dilson Funaro e João Sayad, pertencem ao PMDB e estão identificados com seus princípios. É uma reação indireta a Fernando Lyra, que não reconhece como sendo do PMDB os ministros Funaro e Sayad. Aliás, quando o Plano Cruzado estava dando certo, o PMDB bateu palmas a seus autores. Agora, há os que, como Lyra, pretendem desconhecê-los.

Resposta a Barcelar

O senador baiano Ruy Barcelar, do PMDB, defendia ontem numa roda de político a sua proposta de realização de eleições presidenciais diretas, 120 dias após a promulgação da nova Constituição. O senador mineiro Itamar Franco, que se encontrava presente à conversa, quis saber por que não se faz proposta mais democrática: promover eleições gerais com a renovação de todos os mandatos.

A roda se dissolveu rapidamente, como por força de um relâmpago.